

## **ASPECTOS DA DIMENSÃO ESPACIAL DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA. APORTES À COMPREENSÃO DA REESTRUTURAÇÃO DAS CIDADES**

Cleverson Alexander Reolon  
Universidade Estadual Paulista - UNESP

### **Aspectos da dimensão espacial da reestruturação produtiva. Aportes à compreensão da reestruturação das cidades (Resumo)**

Ao se investigar a dimensão espacial da reestruturação produtiva, no Brasil, depara-se com um processo dinâmico. Trata-se de um fenômeno geográfico importante porque constitui um dos vetores da reestruturação urbana, à medida que amplia em quantidade e em qualidade a urbanização. Mas se as articulações interurbanas são influenciadas pela redistribuição das atividades, no plano interno as cidades afetadas também sofrem alterações em sua forma e conteúdo. Observa-se que a redistribuição – principalmente a desconcentração espacial – é fato e deverá continuar ocorrendo, porém, se, por um lado, resulta numa ampliação da capacidade de consumo nas cidades beneficiárias do processo, por outro, essas mesmas cidades não têm sido igualmente beneficiadas pelo que se entende por desenvolvimento. Isso é tanto mais verdadeiro quanto se pensar que a qualidade de vida não está ligada apenas à fatia das riquezas produzidas apropriadas pelos cidadãos, mas também à fatia do espaço que lhes é permitido usufruir.

**Palavras-chave:** Produção do espaço, reestruturação produtiva, (des)concentração espacial, (des)centralização espacial, reestruturação das cidades

### **Spatial dimension aspects of the productive restructuring. Contributions for understanding of the cities restructuring (Abstract)**

The spatial dimension of productive restructuring in Brazil is a dynamic process. This is an important geographical phenomenon because it is one of the vectors of urban restructuring, as it expands in quantity and quality the urbanization. However, if the interurban articulations are influenced by the redistribution of activities, the shape and the content of the cities also suffer changes. It has been observed that the redistribution – especially the geographic distribution of production – is a fact and might continue to happen, but, if on the one hand it results in an expansion of consumption in the cities that are benefited from the process, on the other hand, these same cities haven't been benefited with development. This is particularly true as we

think that quality of life is linked not only to the appropriate share of the wealth produced in the cities, but also to the spaces of the city its residents are allowed to make use of.

**Keywords:** Production of space, productive restructuring, geographic distribution of production, (de)centralization of production, cities restructuring.

Ao se investigar o que se chama de dimensão espacial da reestruturação produtiva, no Brasil, que seria aquilo que diz respeito à redistribuição das atividades que se dá em função da concentração e desconcentração e da centralização e descentralização espaciais, depara-se com um processo dinâmico. Embora essa redistribuição tenha sido mais intensa e muito mais visível nos anos de 1970, durante a implementação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs), por parte do governo federal brasileiro, dos anos de 1990 em diante tem-se observado uma nova etapa do processo, agora orientado por razões diferentes das anteriores, nomeadamente menos condicionada pelos incentivos diretos das diversas instâncias de governo<sup>1</sup>.

Trata-se de um fenômeno geográfico importante porque constitui um dos vetores da reestruturação urbana no Brasil, à medida que amplia em quantidade e em qualidade a urbanização, resultando numa rede urbana mais extensa em número de cidades e mais complexa do ponto de vista da gama de atividades que subjazem à conformação das interações espaciais entre elas.

Mas se as articulações interurbanas são influenciadas pela redistribuição, no plano interno as cidades afetadas também sofrem alterações em sua forma e conteúdo. Em função do tamanho das atividades que nelas se instalam, em termos de produção e número de empregados por exemplo, a morfologia urbana e os fluxos diários podem ser reordenados em proporções que interferem no cotidiano dos cidadãos. A periferização, decorrente da formação de bairros operários, assim como a formação de bolsões de pobreza nas proximidades de indústrias implantadas não são raros e resultam numa forma de desigualdade muito proeminente nos espaços urbanos, qual seja, a desigualdade socioespacial. Essa forma de desigualdade é constatável tanto nas chamadas cidades médias quanto nas metrópoles. Também é comum o fato de a implantação de novas atividades empresariais, principalmente as industriais, apresentarem riscos de poluição e degradação ambiental, como a contaminação dos mananciais hídricos de abastecimento. Essas questões são abordadas nesse artigo, com objetivo de se chamar atenção, portanto, aos aspectos cotidianos do processo de redistribuição espacial das atividades produtivas.

A primeira parte do trabalho destina-se a evidenciar os resultados da análise do recente processo de redistribuição dos empregos e dos estabelecimentos que conformam as atividades industriais e de comando do capital no Brasil. Apresenta-se uma breve revisão dos aspectos metodológicos da pesquisa para então focar-se as mudanças ocorridas entre os anos de 1995 e 2005. Numa segunda parte são reunidos os resultados

---

<sup>1</sup> Reolon, 2013.

de algumas análises das consequências a que estão sujeitas as cidades diretamente afetadas pelo processo de redistribuição espacial das atividades produtivas.

### **A redistribuição espacial recente dos empregos e estabelecimentos industriais e de comando do capital no Brasil**

Informações geográficas sobre as quantidades de empregos e de estabelecimentos existentes nos municípios foram utilizadas para analisar a recente redistribuição espacial das atividades produtivas no Brasil. Os dados são provenientes da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)<sup>2</sup>, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro (MTE), relativos aos anos de 1995 e 2005.

O detalhamento das circunstâncias metodológicas que implicaram na definição do interregno da análise pode ser consultado em Reolon<sup>3</sup>. Em suma, o ano inicial foi escolhido em razão dos ajustes políticos, fiscais e macroeconômicos vivenciados no país em função da implementação do Plano Real<sup>4</sup>. A RAIS também passou por mudanças metodológicas importantes entre 1994 e 1995, que “comprometem em parte a comparação dos resultados com os anos anteriores”<sup>5</sup>.

A partir das classificações sugeridas por Piquet<sup>6</sup> e das pesquisas e ensaios metodológicos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>7</sup>, no âmbito da *Pesquisa de Inovação Tecnológica: 2005*, e pelo Gabinete de Estatísticas da União Europeia (Eurostat)<sup>8</sup>, as atividades industriais, selecionadas de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)<sup>9</sup>, foram agregadas em três grupos: industrial extrativo, industrial tradicional e industrial tecnológico. O primeiro grupo foi definido seguindo a classificação padrão<sup>10</sup>, já os grupos industriais

---

<sup>2</sup> Conforme o MTE, a RAIS consiste um instrumento de coleta de dados trabalhistas, instituída pelo Decreto Federal nº 76.900, de 23/12/1975, cujos objetivos perfazem o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista nacional, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais (BRASIL, 2011b). Em termos operacionais, a principal função da RAIS, atualmente, “é viabilizar o pagamento do Abono Salarial – um benefício constitucional que tem como público-alvo os trabalhadores formais que ganham, em média, até dois salários mínimos” (BRASIL, 2011a). Ressalta-se que, sujeitando-se à multa, a declaração da RAIS é obrigatória para todos os estabelecimentos empresariais, inclusive àqueles que não possuem vínculos empregatícios (BRASIL, 2007b).

<sup>3</sup> Reolon, 2013.

<sup>4</sup> Conforme Bresser-Perreira (2003a; 2003b), o Plano Real, efetivado, na prática, em 1994, faz referência a um programa de estabilização econômica adotado pelo governo para controlar a alta inflação. Entretanto, na visão de Ianoni (2009), não se trata apenas de questões fiscais, monetárias e financeiras. Para esse autor, condiz com a viabilização de profundas reformas estruturais político-institucionais, notadamente, em propósito da manutenção e expansão da política neoliberal implementada desde o início dos anos de 1990.

<sup>5</sup> Ramos e Ferreira, 2005, p. 2.

<sup>6</sup> Piquet, 2002.

<sup>7</sup> IBGE, 2007.

<sup>8</sup> Eurostat, 2011.

<sup>9</sup> A CNAE é definida pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) – subordinada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

<sup>10</sup> De acordo com a CONCLA, as indústrias extrativas desempenham atividades de extração de minerais em seu estado natural: sólidos (carvão e outros minérios), líquidos (petróleo cru) ou gasosos (gás natural), podendo realizar-se em minas subterrâneas, a céu aberto ou em poços. Inclui as atividades complementares de beneficiamento associado à extração, realizado principalmente para melhorar a qualidade do produto e facilitar a sua comercialização, desde que o beneficiamento não altere as

tradicionais e tecnológicos são configurados por atividades da indústria de transformação. A diferença básica entre esses dois últimos grupos diz respeito ao fato de que o coeficiente tecnológico das atividades industriais tecnológicas é maior do que o das atividades industriais tradicionais. O detalhamento das atividades pode ser consultado em Reolon<sup>11</sup>. Basicamente, o grupo industrial tecnológico inclui os ramos de química, informática, instrumentos de precisão, telecomunicações, atividades de fabricação e montagem de veículos automotores, enquanto o grupo industrial tradicional é composto pelas atividades metalúrgica, mecânica, elétrica e comunicações, material de transporte, madeira e mobiliário, papel e gráfica, borracha, fumo e couro, química, têxtil, calçados e alimentos e bebidas. Um quarto grupo, denominado grupo de comando do capital, foi configurado pelas atividades que designam as sedes de empresas e unidades administrativas locais e as *holdings*.

Os resultados das análises são parcialmente ilustrados pelo mapas isopleto das Figuras 1 a 4, onde são comparadas as distribuições dos empregos e dos estabelecimentos dos respectivos grupos de atividades em relação ao início e ao final do período pesquisado. Tendo em vista a ampliação das classes que referenciam reduzidas quantidades locais de empregos, constata-se concentração espacial no caso do grupo industrial extrativo e centralização do comando do capital na porção Sudeste do país. Todavia, quanto ao comando a situação é um pouco mais complexa, pois também houve uma ampliação da importância da região Nordeste em razão do desempenho do Estado da Bahia, nomeadamente da região de Salvador. No que diz respeito aos estabelecimentos do grupo de comando do capital, nota-se que a centralização espacial no Sudeste tornou-se mais evidente, embora no interior dessa macrorregião tenha ocorrido uma pequena dispersão para além do entorno das áreas metropolitanas das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Em sentido oposto ao dos empregos, observa-se dispersão dos estabelecimentos do grupo industrial extrativo e são fortes também os indicativos da ocorrência de processos de dispersão em relação aos grupos de atividades das indústrias tradicional e tecnológica, haja vista a ampliação das classes que designam moderadas a altas quantidades de empregos e também de estabelecimentos municipais registrados nos anos de 1995 e 2005.

É notável que a dispersão dos empregos do grupo industrial tradicional culminou em aumento da importância da região Centro-Sul, de praticamente toda a orla do Nordeste – especialmente das regiões de Fortaleza e Recife –, e do Amazonas, particularmente de Manaus, em função da Zona Franca. No polo industrial de Manaus também identificou-se aumentos de importância dos empregos do grupo industrial tecnológico. Destaca-se, ainda, a dispersão dos empregos tecnológicos pelo entorno da cidade de São Paulo, estendendo-se praticamente de modo contínuo até o norte de Santa Catarina.

Um complemento a essas conclusões é necessário, pois dizem respeito, particularmente, a amplos recortes espaciais. Para comparação de recortes menores, o *Índice de Moran* mostra-se mais adequado. Com menos de 1% de probabilidade dos padrões de distribuições serem resultados do acaso, os resultados desse teste denotam que, no ano

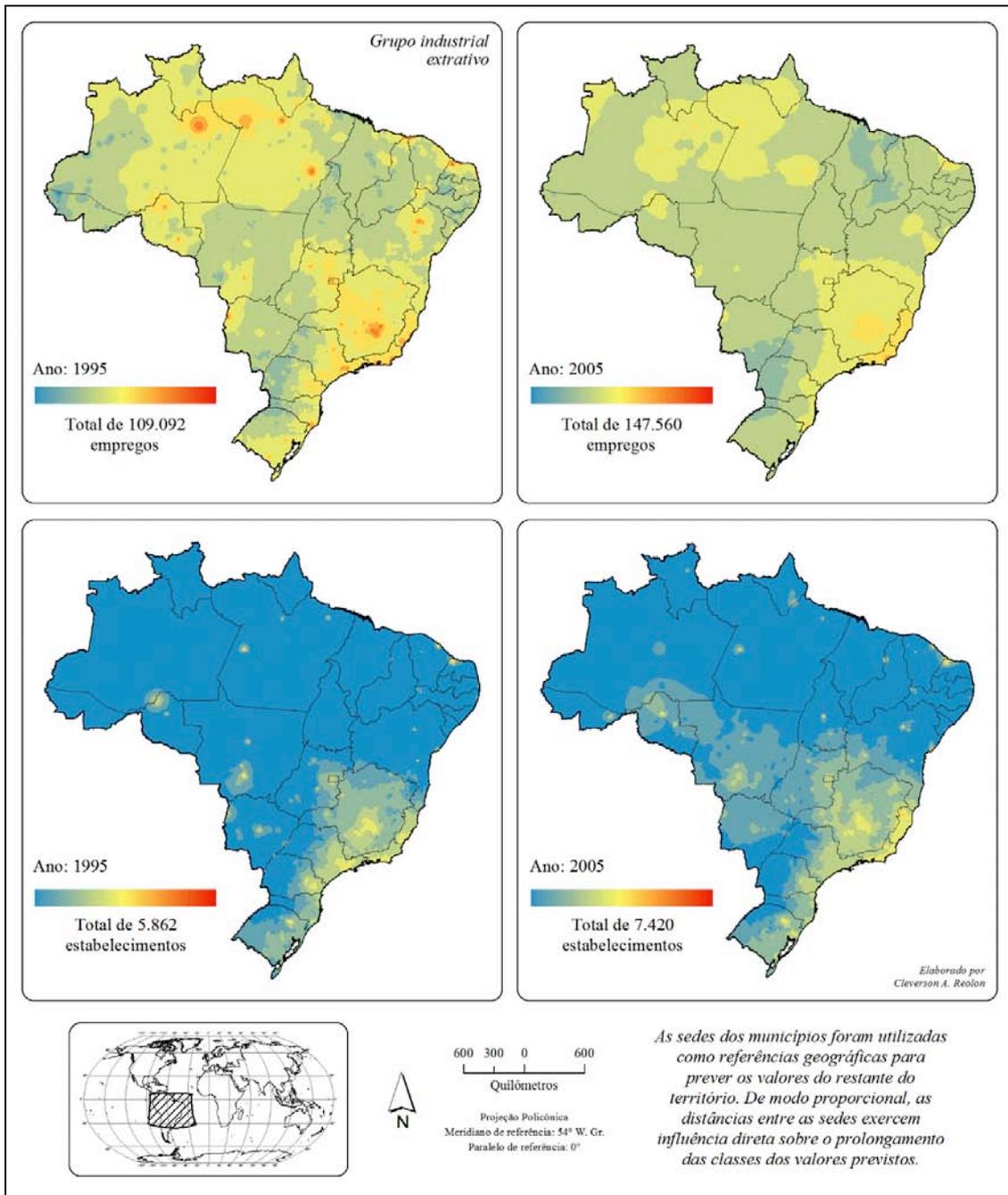
---

características físicas ou químicas dos minerais. São consideradas atividades de beneficiamento: trituração, classificação, concentração, pulverização, flotação, liquefação de gás natural, etc.

<sup>11</sup> Reolon, 2013.

de 1995, os empregos e os estabelecimentos de todos os três grupos de atividades industriais encontravam-se bastante concentrados, enquanto os empregos e os estabelecimentos do grupo de comando do capital estavam aleatoriamente distribuídos pela área de estudo (Tabela 1).

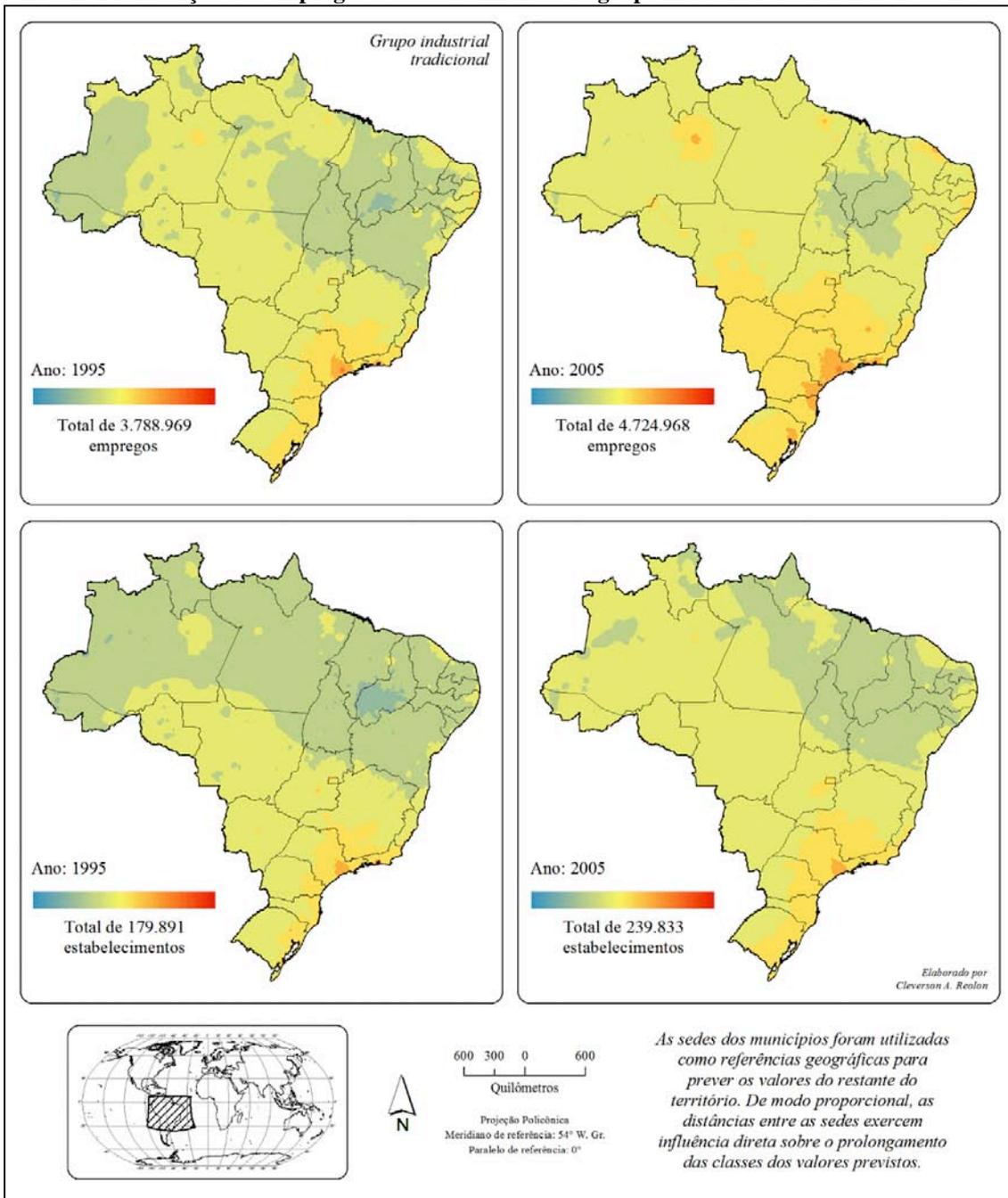
**Figura 1.**  
**Brasil. Distribuição dos empregos e estabelecimentos do grupo industrial extrativo. 1995-2005**



Fonte: RAIS (1995; 2005)

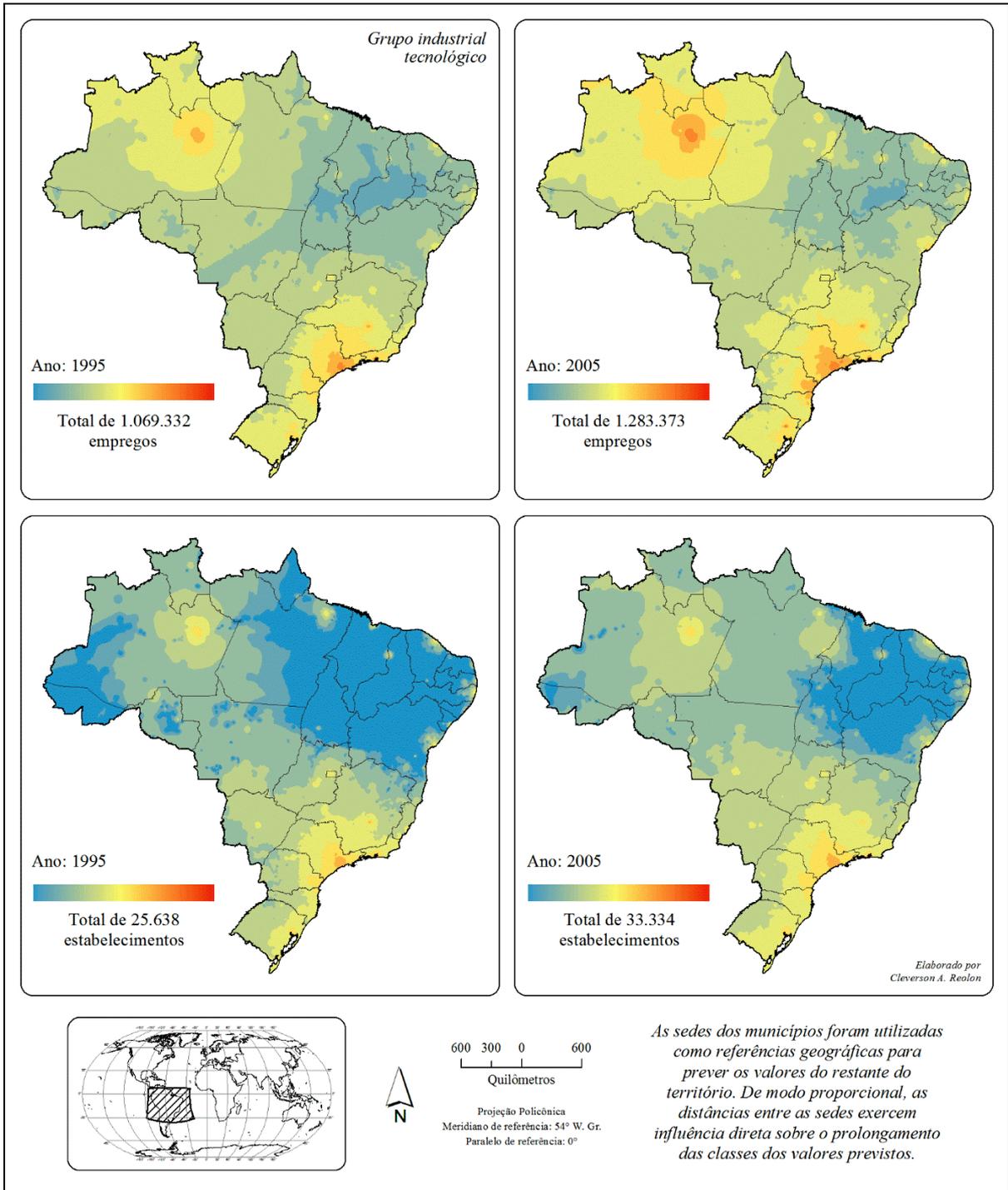
Figura 2.

**Brasil. Distribuição dos empregos e estabelecimentos do grupo industrial tradicional. 1995-2005**



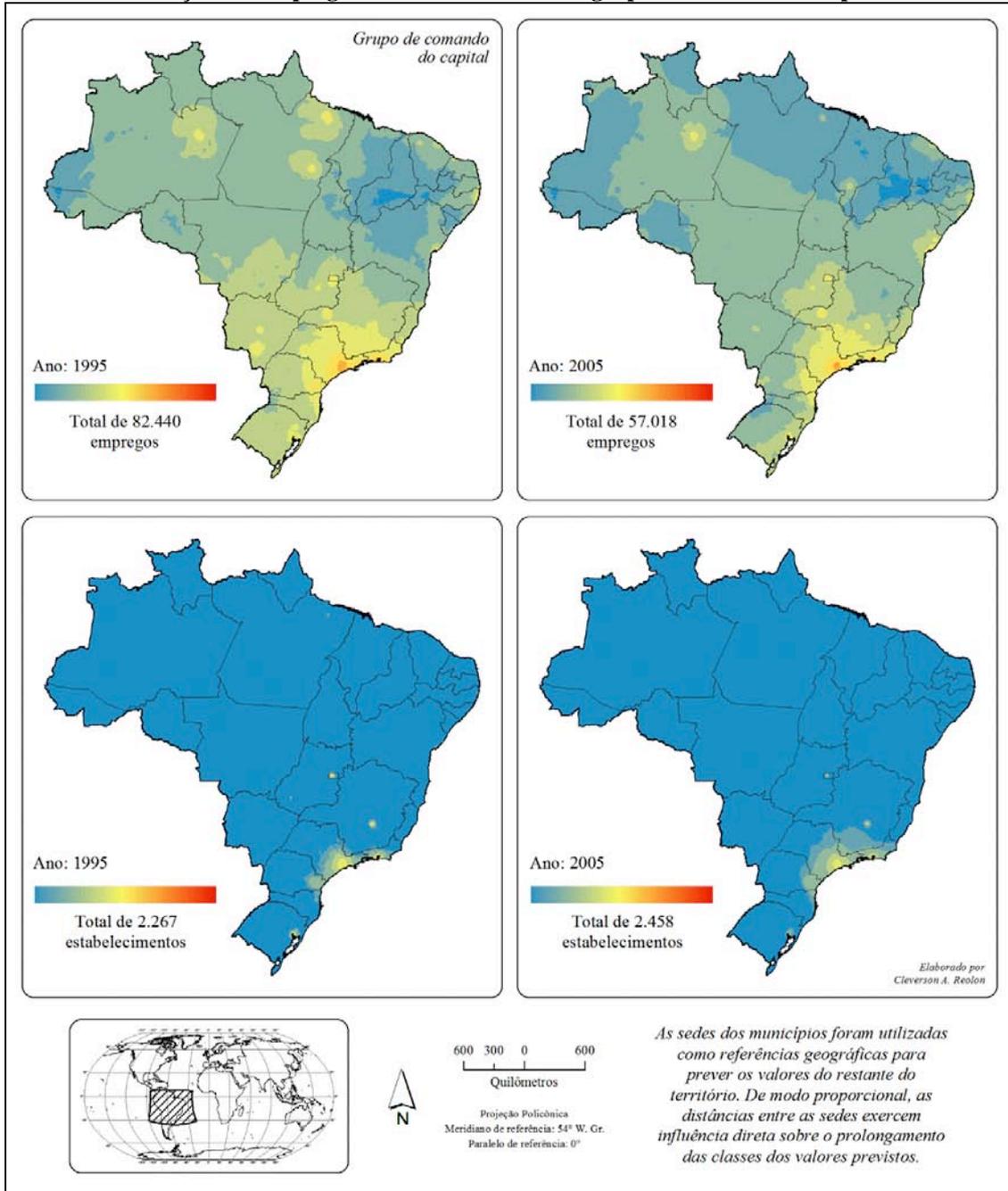
Fonte: RAIS (1995; 2005)

**Figura 3.**  
**Brasil. Distribuição dos empregos e estabelecimentos do grupo industrial tecnológico. 1995-2005**



Fonte: RAIS (1995; 2005)

**Figura 4.**  
**Brasil. Distribuição dos empregos e estabelecimentos do grupo de comando do capital. 1995-2005**



Fonte: RAIS (1995; 2005)

**Quadro 1.**

**Municípios do Brasil. Evolução do grau de concentração espacial dos empregos e estabelecimentos dos grupos de atividades propostos, conforme o índice de Moran. 1995-2005**

Grupo de atividades	Empregos / Estabelecimentos	1995		2005	
		Z-score	P-valor	Z-score	P-valor
Industrial extrativo	Empregos	17,61	0,000000	4,22	0,000025
	Estabelecimentos	21,43	0,000000	22,45	0,000000
Industrial tradicional	Empregos	35,40	0,000000	41,62	0,000000
	Estabelecimentos	21,40	0,000000	24,90	0,000000
Industrial tecnológico	Empregos	59,28	0,000000	51,54	0,000000
	Estabelecimentos	35,90	0,000000	46,67	0,000000
Comando do capital	Empregos	0,17	0,867410	19,54	0,000000
	Estabelecimentos	0,93	0,351337	3,21	0,001327

Fonte: RAIS (1995; 2005), Elaborado por Cleverson A. Reolon

Nota: Distâncias definidas conforme resultados do incremento da autocorrelação espacial, de 27 quilômetros para o grupo industrial extrativo, de 28 quilômetros para os grupos industriais tradicional e tecnológico e de 9 quilômetros para o grupo de comando do capital.

Observando-se os indicadores do *Índice de Moran*, correspondentes ao ano de 2005, denota-se, devido à ampliação dos escores-z, grande probabilidade de terem sido reforçadas, nos pequenos recortes, as concentrações espaciais dos empregos e dos estabelecimentos do grupo industrial tradicional e também dos estabelecimentos dos grupos industriais extrativo e tecnológico. No que se refere ao grupo de comando do capital, os escores-z também se ampliaram no interregno em questão, e, portanto, pode-se dizer que houve centralização espacial. Por outro lado, a diminuição dos escores-z relativos aos empregos dos grupos industriais extrativo e tecnológico sugerem que, nesses casos, houve desconcentração espacial<sup>12</sup>.

Portanto, da combinação das análises dos mapas isopleto e dos indicadores do *Índice de Moran*, delinea-se um quadro bastante complexo da distribuição das atividades produtivas e também da dinâmica dessa distribuição no período recente. Lembrando-se estar conjugando análises que abrangem desde pequenos a grandes recortes territoriais, em geral o que se vê é a centralização espacial das atividades de comando do capital em todas as escalas e, quanto às atividades da indústria de transformação, uma combinação de processos de desconcentração espacial, ou dispersão, em amplos recortes e de concentração espacial em recortes menores. Sendo assim, a centralização espacial, principalmente nas grandes aglomerações do Sudeste, parece ter sido reforçada entre os anos de 1995 e 2005, embora tenha havido um forte aumento relativo dos empregos de comando no Estado da Bahia, especificamente na região de Salvador. Em relação aos grupos industriais tradicional e tecnológico, verificou-se um processo de desconcentração espacial normalmente orientado a pontos ou áreas específicas do território nacional, salientando-se o fato de a dispersão do grupo industrial tradicional ter sido mais ampla, do ponto de vista geográfico, que o processo de dispersão do grupo industrial tecnológico. Por fim, quanto à indústria extrativa, as redistribuições dos estabelecimentos e dos empregos comportaram-se de modo distinto: constatou-se um

<sup>12</sup> Os escores-z não são medidas lineares, por isso a variação de um ano para outro não pode ser proporcionalmente comparada. Certifica-se, no entanto, que quanto maior o escore-z mais intenso é o processo de concentração e vice-versa – (informação fornecida por mensagem eletrônica por Lauren Rosenshein, engenheira de produtos da *Environmental Systems Research Institute – ESRI*, empresa desenvolvedora do *software ArcGIS®*, em 09 mar. 2012).

reforço da concentração dos empregos na Região Sudeste e desconcentração dos estabelecimentos, com ocorrência de um importante rearranjo espacial no interior dessa grande região.

### **A reestruturação das cidades na esteira da redistribuição das atividades produtivas pelo território**

Não obstante as áreas mais dinâmicas do grupo industrial extrativo estarem localizadas no Centro-Sul do país, em detalhes a pesquisa revelou importantes aumentos relativos dos estabelecimentos em municípios situados num arco que compreende os estados de Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, já dentro dos limites da chamada Amazônia Legal, e também um aumento dos empregos dessa natureza em municípios situados no Pará e no Amazonas: Parauapebas/PA, Itaituba/PA e Coari/AM. É importante ter em mente que a extração mineral constitui uma atividade de elevado potencial de risco socioambiental, especialmente quando operadas sobre um ecossistema tão frágil quanto o amazônico.

Sánchez, ao pontuar o fato de que, em meados dos anos 2000, a indústria mineral brasileira figurava entre as dez maiores do mundo, certifica uma significativa evolução das práticas ambientais do setor nos últimos 20 anos, mas não deixa de relacionar uma série de problemas que precisariam ser equacionados<sup>13</sup>. Conforme o autor,

“[...] em três décadas, o volume de bens minerais produzidos foi multiplicado várias vezes. Por consequência, o volume de estéréis movimentados, a quantidade de rejeitos produzidos e a extensão das áreas perturbadas também cresceram. Mais do que isso, a expansão da mineração requereu novas infra-estruturas (principalmente para transporte) e induziu outras atividades de transformação mineral, cujos impactos se somam e se acumulam àqueles do passado”<sup>14</sup>.

Dentre os fatores de atenuação dos impactos ambientais causados pelas atividades mineradoras, Sánchez destaca, dentre outros, a “melhoria da eficiência energética em operações de tratamento” de minerais, o “desenvolvimento de tecnologias de reciclagem de resíduos de construção e demolição, reduzindo o ritmo de crescimento de produção de agregados” – e a “reciclagem de produtos industrializados à base de matérias-primas minerais metálicas e não-metálicas”<sup>15</sup>. Mas tratam-se de avanços que, embora tenham reflexos positivos sobre o meio ambiente, retratam não a preocupação ambiental, ou o que se convencionou chamar de responsabilidade social das empresas, e sim uma busca pelo aumento da produtividade. Quando relacionadas, primordialmente, à questão socioambiental, as medidas tomadas pelas mineradoras não se adéquam rigidamente ao que se poderia de chamar de cartilha de boas práticas. Nesse sentido, quanto à disposição dos rejeitos, por exemplo, o próprio Sánchez sugere a necessidade de melhorias ao mencionar a ocorrência de uma “série de incidentes e de acidentes”, embora assegure que não haja “registro, na mineração brasileira, de acidentes de grandes proporções e com consequências ambientais severas”<sup>16</sup>.

Ponderando as implicações da expansão das fronteiras mineral e agrícola em direção aos estados da Bahia e Goiás e à Região Norte do país, não obstante a dinamização de

---

<sup>13</sup> Sánchez, 2007;

<sup>14</sup> Sánchez, 2007, p. 193.

<sup>15</sup> Sánhcez, 2007, p. 194.

<sup>16</sup> Sánchez, 2007, p. 193.

cadeias produtivas locais, geração de renda e possibilidade de contenção das ondas migratórias regionais ou inter-regionais, notadamente rumo às grandes cidades, Diniz chama atenção aos riscos ambientais inerentes ao desmatamento, à utilização de agentes químicos e à poluição dos recursos hídricos<sup>17</sup>.

Haja vista as concepções de Becker, ameniza-se o alarde quanto aos impactos provocados sobre a floresta amazônica propriamente, nas áreas de aumento dos estabelecimentos<sup>18</sup>. Apesar de estarem localizadas dentro dos limites da chamada Amazônia Legal – que, em rigor, não passa de um constructo geopolítico –, a autora assegura que Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, que formam a denominada Amazônia Oriental, não integram o bioma amazônico. Apesar de terem sido desflorestados, esses estados já estão plenamente ocupados e povoados ou com povoamento em fase de consolidação. Questiona-se se esse seria, também, o caso do Estado do Tocantins, parecendo constituir um meio termo entre uma área de pleno povoamento e de domínio natural.

Não se deve entender, com isso, a negação dos impactos socioambientais provocados pelas atividades extrativas minerais. Com base nas considerações de Becker<sup>19</sup>, busca-se apenas desmistificar o fato de que as atividades de mineração localizadas no arco formado pelos municípios citados, que apresentam ampliação do número de estabelecimentos, estariam sendo diretamente responsáveis pela degradação da floresta amazônica. Esses municípios não estão situados sobre a floresta, o que, entretanto, não quer dizer que seus potenciais impactos socioambientais prescindam de atenção, pelo contrário, daí a importante pressão de movimentos sociais pela criação de fundos para reparação dos danos causados às comunidades locais por tais atividades<sup>20</sup>. Da parte do Estado, por outro lado, uma política de consolidação das áreas produtivas, respaldada por um paradigma preservacionista, isto é, de apoio à produção sem depredação ambiental, sugerida pela autora, parece ser adequada a todos esses espaços<sup>21</sup>. Por outro lado, as áreas de aumento dos empregos constituem enclaves preocupantemente situados no interior da floresta, nos espaços denominados de Amazônia Central e Ocidental. Em função de suas localizações, corre-se o risco de motivar o que chama de uma interiorização da frente de ocupação sob a forma de eixos, seccionando-se “imensas massas de florestas contíguas com unidades de conservação e com terras indígenas”<sup>22</sup>. Ela defende, neste caso, a priorização de políticas conservacionistas, com demarcação de terras indígenas e de unidades de conservação.

---

<sup>17</sup> Diniz, 2000.

<sup>18</sup> Becker, 2007.

<sup>19</sup> Becker, 2007.

<sup>20</sup> Conforme reportagem divulgada em meio eletrônico pelo Instituto Geodireito (2012), “a ideia é que esses fundos, geridos por conselhos comunitários, recebam parte das rendas obtidas com a mineração e apliquem esses recursos não apenas na reparação de danos provocados pela atividade como [também] na promoção do desenvolvimento sustentável nos municípios mineradores”. É possível que, se bem administrados, os fundos poderiam contribuir à amenização dos impactos sociais, ressaltados por Sánchez (2007), decorrentes do fechamento das minas, que compreendem a redução da arrecadação fiscal municipal, o arrefecimento da economia local e o desemprego.

<sup>21</sup> Levadas em conta as peculiaridades regionais, quando fosse o caso, as mesmas considerações poderiam ser dirigidas ao propósito das áreas de resquícios da mata atlântica mineira e espírito-santense.

<sup>22</sup> Becker, 2007, p. 36.

Mas não são apenas as atividades extrativas aquelas que requerem normatização e fiscalização das práticas ambientais. Em função dos efluentes, muitas indústrias de transformação enquadram-se no rol das potencialmente poluidoras, como a química, metalúrgica, siderúrgica, etc., e mesmo aquelas que possuem menor potencial de contaminação ambiental podem representar riscos elevados caso situadas em áreas de baixa resiliência, como os mananciais. Na eventualidade desses mananciais servirem ao abastecimento urbano, a situação é ainda mais preocupante. Um caso típico dessa natureza é vivenciado na aglomeração urbana de Curitiba.

Contrariando o ordenamento proposto no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba<sup>23</sup>, a maior parte das indústrias automotivas instaladas a partir dos anos de 1990 encontra-se numa área de manancial destinada ao abastecimento regional<sup>24</sup>. O caso mais emblemático é, certamente, o da montadora Renault, ressaltado em diversos estudos<sup>25</sup>. Segundo Tavares:

“Na porção leste da RMC [Região Metropolitana de Curitiba], no município de São José dos Pinhais, foi implantado, em 1996, o Distrito Industrial que abriga a montadora francesa de veículos, Renault, e várias outras indústrias fornecedoras. A implantação deste empreendimento foi bastante questionada em função de sua localização, integralmente dentro dos limites de uma área de manancial. Para viabilizar este projeto, o governo estadual, através da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), descartou, de direito, mas não de fato, o Rio Pequeno da função de manancial de abastecimento”<sup>26</sup>.

Evidenciando os trâmites legais do arranjo institucional entre as esferas pública e privada que possibilitou a criação do distrito industrial mencionado, Moura e Kornin asseveram:

“É notório o caso particular da implantação do distrito industrial polarizado pela Renault, em São José dos Pinhais, que se localiza na bacia do Rio Iguazu – área até então protegida pelo Decreto Estadual 2.964/80 e Lei Estadual 8.935/89, que estabeleciam os requisitos mínimos para instalações industriais e parcelamentos de alta densidade, nas bacias de mananciais. A despeito das limitações legais, o município aprovou a lei municipal 03/96, que autorizou a criação do distrito industrial. Um mês e meio depois, o governo estadual revogou o Decreto 2.964/80, redefinindo o perímetro das bacias que compõem os mananciais, excluindo do controle as áreas de interesse para as novas plantas industriais (Decreto 1.751/96) [...]”<sup>27</sup>.

Firkowski explica que a área despertava elevado interesse à montadora, de modo a nem se cogitar outra localização, por estar situada numa posição estratégica, em proximidade ao Porto de Paranaguá, ao Aeroporto Afonso Pena e ao Contorno Rodoviário Leste – à época, em construção, em atendimento a uma das condições impostas pela Renault para implantação de sua unidade<sup>28,29</sup>. O evidente paradoxo deste caso, agravado pelo reassentamento de famílias que ocupavam essas mesmas áreas de mananciais – sob

---

<sup>23</sup> Elaborado ao final dos anos de 1970, pela Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).

<sup>24</sup> Firkowski, 2002.

<sup>25</sup> Firkowski (1998; 2001; 2002), Tavares (2004; 2005), Nojima, Moura e Silva (2004), Moura e Kornin (2005), dentre outros.

<sup>26</sup> Tavares, 2005, p. 34.

<sup>27</sup> Moura e Kornin, 2005, p. 165.

<sup>28</sup> Firkowski, 1998.

<sup>29</sup> A própria construção do eixo rodoviário citado também é alvo de críticas, já que também corta importantes áreas de mananciais e áreas de preservação ambiental estaduais e municipais (MOURA; KORNIN, 2005).

alegação da necessidade de recuperação e resgate de suas funções ambientais –, é que questões econômicas foram priorizadas à revelia do interesse público, nomeadamente no que diz respeito ao abastecimento hídrico. No caso das grandes empresas, revela “falsa preocupação ambiental”<sup>30</sup>.

Em matéria da Revista Exame, menciona-se que as instalações da Renault ficariam dentro de uma área de preservação, exaltando-se, contudo, as preocupações ambientais da empresa: “os projetistas tiveram o cuidado de preservar matas e até mesmo uma igreja que já existia no lugar.”<sup>31</sup> Firkowski, entretanto, pontua os termos do protocolo do acordo firmado entre a Renault e o Governo do Estado do Paraná que, na eventualidade de um acidente ambiental, isentaria a empresa de quaisquer responsabilidades:

“[...] o Estado e o Município são, ora e doravante, solidariamente responsáveis por todas as conseqüências que poderão advir das atividades anteriormente exercidas no local, as quais poderão representar riscos de poluição e representar, no futuro, ameaças prejudiciais ao meio ambiente. [...] de modo a evitar ou reparar qualquer efeito nocivo, para que a Renault do Brasil jamais possa ser acionada em razão de prejuízos de qualquer natureza, a pessoas e coisas”<sup>32</sup>.

Não bastasse a convivência à instalação das montadoras de automóveis em áreas de elevado interesse público, a despeito dos riscos ambientais, o Governo do Paraná contribuiu com incentivos fiscais, financeiros e físicos que, conforme sugerem Moura e Kornin, num curto período de tempo, comprometeram suas contas públicas, elevando exponencialmente a dívida calculada em R\$ 1,2 bilhão, em dezembro de 1994, para R\$ 14 bilhões, no exercício de 2001<sup>33</sup>. Além de ser mais enfático quanto aos efeitos do endividamento, alegando terem colocado o “Estado do Paraná à beira da falência”, Oliveira sustenta a tese de que decorreria daí a necessidade das privatizações de empresas e serviços públicos engendrada pelo governo estadual de Jaime Lerner<sup>34</sup>.

Portanto, os custos das instalações das montadoras de automóveis para tornar a Região Metropolitana de Curitiba um polo do setor foram, em verdade, socializados entre os paranaenses, ao passo que seus benefícios são questionáveis. É nesse sentido que corrobora-se as críticas dirigidas por Santos e Silveira à guerra fiscal engendrada no Brasil nos últimos vinte anos:

“[...] quando analisamos as condições técnicas e normativas criadas, entendemos que esse processo de criação de valor acaba tendo, para a sociedade como um todo, um alto custo e produz uma alienação advinda da extrema especialização urbana e regional numa produção exclusiva. Mais tarde, a cidade descobre que essa produtividade espacial, esforçadamente criada, não é duradoura e, quando envelhece, o lugar é chamado a criar novos atrativos para o capital. Mas as empresas também convocam o resto do território a trabalhar para seus fins egoístas, mas também inconstantes, de modo a assegurar um enraizamento do capital que é sempre provisório. E, como um capital globalmente comandado não tem fidelidade ao lugar, este é continuamente extorquido. O lugar deve, a cada dia, conceder mais privilégios, criar permanentemente vantagens para reter as atividades das empresas, sob ameaça de um deslocamento”<sup>35</sup>.

---

<sup>30</sup> Firkowski, 2002, p. 198.

<sup>31</sup> Galuppo, 1997, p. 3.

<sup>32</sup> Firkowski, 2002, p. 198.

<sup>33</sup> Moura e Kornin, 2005.

<sup>34</sup> Oliveira, 2003, p. 133.

<sup>35</sup> Santos e Silveira, 2003, p. 116.

Embora, conforme Tavares, em função dos anúncios de instalação das montadoras de veículos, não tenham ocorrido picos de imigração a São José dos Pinhais<sup>36</sup>, deparou-se com a ocorrência de um processo de diferenciação socioespacial devido à periferação decorrente da formação de bairros operários e de bolsões de pobreza nas proximidades das indústrias automobilísticas implantadas, o que tem motivado intensa demanda por serviços públicos de saúde, educação, transporte e, sobretudo, habitação.

Desigualdades socioespaciais igualmente associadas às condições de moradia também são verificadas em Mossoró<sup>37</sup>, Passo Fundo<sup>38</sup> e Marília<sup>39</sup>, todas cidades estudadas no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Em Mossoró/RN, constatou-se um crescimento significativo de empregos e de estabelecimentos do industrial extrativo. Passo Fundo/RS e Marília/SP apresentaram crescimento moderados dos empregos da indústria de transformação.

As conclusões desses estudos da ReCiMe deixam bastante claro que o crescimento econômico nem sempre se traduz em aumento da qualidade de vida, sendo comum, aliás, que a ampliação da riqueza interna se dê em paralelo à sua concentração<sup>40,41</sup>. Quanto à dimensão espacial do processo, nota-se que o crescimento econômico é acompanhado de um crescimento populacional que, todavia, pode não ser tão marcante quanto o crescimento do tecido urbano das cidades, cujas morfologias normalmente passam a ser caracterizadas pela dispersão<sup>42</sup>.

Um traço comum entre essas cidades pode ser delineado em razão da especulação imobiliária e consequente valorização do solo urbano de suas áreas centrais e daquelas melhor dotadas de infraestruturas e equipamentos urbanos – asfaltamento, redes de esgoto e energia, escolas, hospitais, parques – e melhor servidas pelos serviços públicos básicos – de abastecimento de água, saneamento, limpeza e transporte, etc. Esse processo, inevitavelmente, empurra as massas de trabalhadores de baixa-renda para as periferias – mal servidas pelas infraestruturas, equipamentos urbanos e serviços

---

<sup>36</sup> Tavares, 2005.

<sup>37</sup> Elias e Pequeno, 2010.

<sup>38</sup> Sobarzo, 2010.

<sup>39</sup> Melazzo, 2012.

<sup>40</sup> Melazzo, 2012.

<sup>41</sup> De acordo com Negri (1992), os resultados da pesquisa intitulada *Explosão urbana e demandas sociais no Estado de São Paulo: 1970-1985* mostram que o processo de interiorização do crescimento foi igualmente acompanhado por um processo de degradação das condições de vida nas cidades pesquisadas, entendidas como de porte médio. Segundo a interpretação dos autores, graves problemas urbanos em relação ao transporte coletivo, saneamento básico, meio ambiente, favelização e queda da oferta de equipamentos urbanos, tais como escolas, postos de saúde, creches e hospitais, passaram a fazer parte do cotidiano dos moradores de Araçatuba/SP, Araraquara/SP, Bauru/SP, Campinas/SP, Jundiaí/SP, Piracicaba/SP, Ribeirão Preto/SP, São Carlos/SP, São José do Rio Preto/SP e São José dos Campos/SP.

<sup>42</sup> A morfologia urbana, de acordo com Capel (2002, p. 20), “reflete a organização econômica, a organização social, as estruturas políticas, os objetivos dos grupos sociais dominantes”, daí a importância de seu estudo para a compreensão do modo como se dá a produção do espaço nas cidades. Dentre os agentes típicos da produção do espaço, destacam-se os proprietários de terra, os incorporadores, os financiadores de imóveis, os empreendedores, os corretores imobiliários, os especuladores imobiliários, os gestores públicos (CAPEL, 2002), podendo-se citar, ainda, a sociedade civil, os organismos financeiros e normativos nacionais e internacionais e as empresas. Por meio de arranjos bastante complexos, os agentes citados criam objetos geográficos, normas e símbolos – materiais e imateriais – que modificam e/ou induzem modificações à paisagem urbana (HALL, 1988; CAPEL, 2002; SECCHI, 2007).

públicos básicos mencionados –, impactando negativamente sobre a equidade territorial, ampliando, em corolário, as desigualdades socioespaciais já existentes. Conforme se tem constatado, esses problemas mostram-se latentes quando observadas as condições de moradia e mobilidade da população que vive nessas periferias.

Mas, se em decorrência da dinamização de suas economias, as cidades médias já são sacudidas pela reestruturação, nas metrópoles esse processo é ainda mais visível e, normalmente, mais avassalador. Em comum com as cidades médias, guardam, normalmente, a anuência do poder público às injustiças socioespaciais.

São os espaços metropolitanos, propriamente as metrópoles, que sofrem mais os efeitos da reestruturação espacial inerentes à redistribuição dos empregos e dos estabelecimentos que integram o grupo de comando do capital. Ao centralizar as atividades dessa natureza, conformam os verdadeiros espaços de racionalidade do território, cuja definição e características são descritos por Bernardes:

“Os *espaços de racionalidade* seriam os espaços produzidos e organizados segundo as lógicas do *acontecer hierárquico*, sob a égide das técnicas informacionais, de verticalidades, de razões globais, que impõem uma ordem alheia, instrumental e pragmática ao funcionamento dos lugares. Configuram-se regiões edificadas por crescentes solidariedades organizacionais, onde um comando remoto da parcela técnica da produção se faz cotidianamente. São, pois, os espaços mais produtivos para as redes hegemônicas. Daí a força com que o meio técnico-científico-informacional, em suas escalas local, regional e nacional, atrai capitais e designa a hierarquia entre lugares (grifos da autora)”<sup>43</sup>.

Ocorre, portanto, que o comando do capital, designado aqui pelas sedes de empresas e unidades administrativas locais e também pelas *holdings*, demanda muitas outras empresas do setor quaternário, não apenas relacionadas ao sistema bancário, como também à prestação de serviços especializados no campo jurídico, de assessoria e consultoria administrativa e contábil, publicidade e propaganda, transporte aeroviário local, etc. Mas movimentam, além disso, o ramo de eventos, nomeadamente os congressos e as feiras de negócios<sup>44</sup>. Convocam, assim, o ramo imobiliário a participar ativa e continuamente da produção do espaço, pois novos objetos técnicos são requeridos à satisfação das necessidades impostas pelas atividades afetas ao meio técnico-científico-informacional. Isso inclui a construção de centros empresariais<sup>45</sup> ou de edifícios modernos, nomeados “edifícios inteligentes”<sup>46</sup>.

Segundo Fix, mais que simples torres de escritórios, esses edifícios conjugam uma série de equipamentos voltados às atividades empresariais<sup>47</sup>. Um dos mais emblemáticos exemplos é o *World Trade Center*<sup>48</sup>, que, em São Paulo, é composto por uma torre de

<sup>43</sup> Bernardes, 2003, p. 428-429.

<sup>44</sup> Almeida, 2003.

<sup>45</sup> Botelho, 2007.

<sup>46</sup> Fix, 2001.

<sup>47</sup> Fix, 2001.

<sup>48</sup> O *World Trade Center* paulista representa apenas uma da 294 unidades da *WTC Association*, implantadas em mais de oitenta países. Ela explica que o “objetivo da organização é fomentar a ‘internacionalização dos negócios’ das pequenas e médias empresas fornecendo infra-estrutura de informação e telecomunicação avançada, capaz de torná-las mais competitivas. O primeiro e mais conhecido dos WTC é o de Nova York, as *Twin Towers* (torres gêmeas), que nos anos 70 participaram na valorização da decadente área sul de ilha de Manhattan, e que depois se tornariam um dos principais ícones da globalização” (FIX, 2001, p. 16). Vale lembrar que as torres gêmeas nova-iorquinas foram destruídas nos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

escritórios com 26 pavimentos, um hotel cinco estrelas com 300 apartamentos, um *shopping center* com 200 lojas especializadas em *design* e decoração, um centro de convenções, área para exposições, clube de negócios e apartamentos para locação voltados às pequenas e médias empresas envolvidas com comércio exterior. Possui, além disso, uma espécie de terminal aéreo que funciona como um balcão dos aeroportos de Congonhas e Cumbica, podendo-se fazer aí o *check-in* e despacho de bagagem, com a comodidade de deslocamento aos aeroportos através de helicóptero.

Ocupando uma área de 175,8 mil metros quadrados, o custo total do *World Trade Center*, construído na Avenida Marginal do Rio Pinheiros, girou em torno de 250 milhões de dólares. Mas dentre outros edifícios e centros empresariais que abrigam sedes de empresas<sup>49</sup>, são construídos também hotéis, áreas de entretenimento e lazer e áreas residenciais – como o Bairro Panamby –, sempre orientados ao mesmo público alvo, composto por executivos, e com total respaldo do poder público, por vezes chamado a promover uma verdadeira reestruturação da cidade em prol de interesses escusos, justificados pela atração de investimentos. Fix explica que o Panamby consiste um bairro de alto padrão, também construído junto à Marginal Pinheiros, em frente à Avenida Luís Carlos Berrini, financiado com recursos de fundos de investimentos imobiliários<sup>50</sup>. Foi projetado para ocupar 715 mil metros quadrados, com perímetro de 1,4 mil, conjuminando áreas residências e comerciais, parques e um hotel-*spa* cinco estrelas.

Obviamente, empreendimentos dessa natureza demandam uma circulação dependente de uma complexa infraestrutura de transporte, nomeadamente o viário. Sob tal perspectiva, para ceder lugar à construção de uma via expressa, de ligação das avenidas Marginal Pinheiros e Berrini ao aeroporto de Congonhas e à Rodovia dos Imigrantes, promoveu-se, por ação do poder público, a remoção dos 68 núcleos de favelas situadas num fundo de vale por onde passava o córrego Água Espriada. Fix relata que as cerca de 50 mil pessoas que habitavam essas favelas foram cooptadas a trocar o local de residência pelo financiamento de casas ou apartamentos de um precário conjunto habitacional construído pela prefeitura, chamado Barro Branco, então situado a 18 quilômetros da última estação de metrô da capital<sup>52</sup>. Como o referido conjunto habitacional não contava com a quantidade de residências necessárias ao abrigo de tamanho contingente populacional, muitos chefes de família foram induzidos a se contentar apenas com “ajuda de custo” para a mudança, designada pelos agentes públicos como “gentileza” que a prefeitura estava oferecendo para o abandono das favelas, no valor de 1.500 dólares. Diante do calamitoso quadro que se desenhava, muitos moradores optaram por serem reencaminhados, pela Prefeitura, a seus estados de origem.

---

<sup>49</sup> A autora afirma que, na região das avenidas Marginal Pinheiros e Oscar Berrini, estavam concentradas as sedes de empresas como Nestlé, Philips, Cetenco, Jhonson & Jhonson e Basf, além das sedes de bancos, tais quais Unibanco, Deutsche Sudamerikanische e Banco do Brasil.

<sup>50</sup> Fix, 2001.

<sup>51</sup> Consiste “um tipo de aplicação financeira criada em 1994 que permite a um investidor aplicar seus recursos no mercado imobiliário, tornando-se sócio de um empreendimento por meio da compra de cotas” (FIX, 2001, p. 19).

<sup>52</sup> Fix, 2001, p. 40-41.

Os diversos casos abordados mostram que a produção do espaço urbano pode ser, portanto, resultado de uma conjugação de ações multiescalares<sup>53</sup>, supradeterminada, orientada em função de uma multiplicidade de causas<sup>54</sup>, significando que processos que perpassam a escala global não apenas podem, como são constatados na cidade. É nesse sentido que a reestruturação produtiva, engendrada por uma complexa relação entre agentes econômicos e políticos, deve ser compreendida como um processo que imprime transformações à morfologia urbana em diversas cidades do mundo.

### **Considerações finais**

A vantagem de se trabalhar com dados da RAIS para pesquisar a distribuição das atividades produtivas, no Brasil, consiste na desagregação setorial e territorial possíveis, tendo em vista a classificação da CNAE e as divisões administrativas do país. Esse fato, que, em verdade, consistiria no baixo nível de agregação, permite observar as idiosincrasias regionais da dimensão espacial do processo de reestruturação produtiva. Embora a análise dos dados territorialmente agregados permita reconhecer tendências inexoráveis, como – quando agregados em nível estadual por exemplo –, a queda da participação paulista frente à quantidade de empregos e de estabelecimentos da indústria de transformação, tanto tradicional quanto tecnológica, somente os dados desagregados possibilitam constatar que essa desconcentração é orientada a determinadas áreas, ou mesmo pontos, específicos do território nacional.

Não obstante, o que de fato se quis pôr em discussão, neste artigo, foi o questionamento da ideia de que os municípios ou regiões que têm apresentado ganhos de participação sobre os empregos e estabelecimentos industriais e de comando do capital têm sido, igualmente, beneficiados em termos de desenvolvimento – que seria algo compatível com o aumento da qualidade de vida da população. Se por um lado, o crescimento econômico é bastante provável, por outro, sabe-se que não há uma correlação perfeita entre crescimento econômico e desenvolvimento. É evidente que não há novidade nessa afirmação, já enunciada em Coraggio<sup>55</sup>, todavia, se algo parece ser bem claro, é o fato de que as ideias vêm e vão, principalmente aquelas imbuídas em proselitismos e ideologias de natureza política. É por isso, dado o fato de que a realidade é processual, que as considerações desse artigo não se encerram na revisão teórica, já que busca-se fundamentação nos resultados empíricos dos mais recentes estudos realizados no âmbito da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

Uma síntese desses estudos mostra que a redistribuição espacial das atividades produtivas – principalmente a desconcentração – é fato e deverá continuar ocorrendo, porém, se, por um lado, essa desconcentração resulta numa ampliação da capacidade de consumo nas cidades beneficiárias do processo, por outro, essas mesmas cidades não têm sido igualmente beneficiadas pelo que se entende por desenvolvimento. Isso é tanto mais verdadeiro quanto se pensar que a qualidade de vida não está ligada apenas à fatia das riquezas produzidas apropriadas pelos cidadãos, mas também à fatia do espaço que lhes é permitido usufruir.

### **Referências**

---

<sup>53</sup> Capel, 2002.

<sup>54</sup> Secchi, 2007.

<sup>55</sup> Coraggio, 1985.

ALMEIDA, Eliza. Refuncionalização da metrópole no período técnico-científico-informacional e os novos serviços. In SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 389-400.

BECKER, Bertha. A Amazônia e a política ambiental brasileira. In Santos *et al.* *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 22-40.

BERNARDES, Adriana. A nova divisão territorial do trabalho brasileira e a produção de informações na cidade de São Paulo (as empresas de consultoria). In SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 413-432.

BOTELHO, Adriano. *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume, 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Manual de orientação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS): ano base-2010*. Brasília: 2011a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Registros administrativos: RAIS e CAGED*. Brasília: 2007b.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – O que é a RAIS*. <[http://www.rais.govol.br/RAIS\\_SITIO/oque.asp](http://www.rais.govol.br/RAIS_SITIO/oque.asp)>. [jul. 2011b].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Bases Estatísticas: 1995*. <<https://sgt.cag.ed.com.br/index.htm>>. [mai. 2007].

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). *Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – Bases Estatísticas: 2005*. <<https://sgt.cag.ed.com.br/index.htm>>. [mai. 2007].

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Macroeconomia do Brasil pós-1994. *Análise Econômica*, 2003a, ano 40, nº 21, p. 07-38.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O segundo consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. *Revista de Economia Política*, 2003b, vol. 23, nº 3, p. 3-34.

CAPEL, Horacio. *La morfología de las ciudades*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CORAGGIO, José Luis. Polarización, desarrollo e integración. In KUKLINSKI, Antoni. *Desarrollo polarizado y políticas regionales: en homenaje a Jacques Boudeville*. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

DINIZ, Clélio Campolina. Impactos territoriais da reestruturação produtiva. In RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (Org.). *O futuro das metrópoles: desigualdades e governabilidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2000. p. 21-61.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

EUROSTAT. *Aggregations of manufacturing based on NACE Rev 1.1*. <[http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_SDDS/Annexes/htec\\_esms\\_an2.pdf](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_SDDS/Annexes/htec_esms_an2.pdf)>. [fev. 2011].

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. A nova lógica de localização industrial no aglomerado metropolitano de Curitiba. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 2002, nº 103, p. 79-100.

FIRKOWSKI, Olga Lucia Castreghini de Freitas. *A nova territorialidade da indústria e o aglomerado metropolitano de Curitiba*. Tese de Doutorado dirigida por Sandra Lencioni. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Industrialização, questão ambiental e Mercosul: breve análise da inserção do Paraná. *RA E GA*, 1998, nº 2, p. 85-106.

FIX, Mariana. **Parceiros da exclusão**. São Paulo: Boitempo, 2001.

GALUPPO, Ricardo. Onde está o futuro. *Revista Exame*, 12 mar. 1997. <<http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/0631/noticias/onde-esta-o-futuro-m0053948>>. [jan. 2011].

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

IANONI, Marcus. Políticas públicas e Estado: o Plano Real. *Lua Nova*, 2009, nº 78, p. 143-183.

IBGE. Comissão Nacional de Classificação (CONCLA). *Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)*. Versão 1.0. <<http://www.cnae.ibge.govol.br/>>. [fev. 2006<sup>a</sup>].

INSTITUTO GEODIREITO. *Entidades defendem criação de fundo para reparar danos causados pela mineração*. <<http://www.geodireito.com/Conteudo/Geojuridicas.asp?notCodigo=4661&acao=DetalheNoticia&Parametro=H>>. [maio 2012].

MELAZZO, Everaldo. Marília: especialização industrial e diversificação do consumo. Trajetórias de uma cidade média. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Chillán e Marília*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 161-279.

MOURA, Rosa; KORNIN, Thaís. Internacionalização da Região Metropolitana de Curitiba. In RIBEIRO, Ana Clara Torres *et al.* (Org.). *Globalização e território: ajustes periféricos*. Tradução de Rogéria Pereira da Costa. Rio de Janeiro: Arquimedes, 2005. p. 155-190.

NEGRI, Barjas. Industrialização e terciarização no Estado de São Paulo. *São Paulo em Perspectiva*, 1992, vol. 6, nº 3, p. 94-99.

NOJIMA, Daniel; MOURA, Rosa; SILVA, Sandra Terezinha da. *Dinâmica recente da economia e transformações na configuração espacial da Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: Iparades, 2004.

OLIVEIRA, Vladmir Luís de. Estado, empresariado regional e o setor automotivo no Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 2003, nº 105, p. 125-140.

PIQUET, Rosélia. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. *Cadernos IPPUR*, 2002, ano XVI, nº 1, p. 249-263.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. *Padrão espacial da evolução do emprego formal – 1995-2003*. Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1102).

REOLON, Cleverson Alexander. A recente redistribuição das atividades produtivas no Brasil: uma contribuição metodológica para o debate. *Geografia*, 2013, vol. 38, nº 3, p. 429-444.

SÁNCHEZ, Luis Henrique. Mineração e meio ambiente. In FERNANDES, Francisco Rego Chaves *et al.* (Ed.). *Tendências tecnológicas Brasil 2015: geociências e tecnologia mineral*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2007. p. 191-208.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In REIS FILHO, Nestor; PORTAS, Nuno; TANAKA, Marta (Coord.). *Dispersão urbana*. Diálogo sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: FAU, 2007. p. 111-139.

SOBARZO, Oscar. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; ELIAS, Denise; SOARES, Beatriz Ribeiro (Org.). *Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 29-100.

TAVARES, Lilian Pérsia de Oliveira. *São José dos Pinhais no contexto da recente industrialização metropolitana: reflexos socioespaciais*. Dissertação de Mestrado dirigida por Olga Lucia Castreghini de Freitas Firkowski. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2004.

TAVARES, Lilian Pérsia de Oliveira. São José dos Pinhais no contexto da recente industrialização metropolitana: reflexos socioespaciais. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 2005, nº 108, p. 33-59.